

Demonstrativo Financeiro | 2018



2018

Demonstrativo
Financeiro

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto
Governador

Paulo Eduardo Rocha Brant
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Ana Maria Soares Valentini
Secretária

Amarildo José Brumano Kalil
Secretário-Adjunto

**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
DE MINAS GERAIS – EPAMIG**

DIRETORIA-EXECUTIVA

Ana Maria Soares Valentini
(Respondendo pela Presidência da EPAMIG)

Trazilbo José de Paula Júnior
Diretor de Operações Técnicas

Guilherme Henrique de Azevedo Machado
Diretor de Administração e Finanças

COORDENAÇÃO

Patrícia França Teixeira
Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças

ELABORAÇÃO

Luciana Paula Xavier Ribeiro
Chefe da Divisão Contábil Fiscal

CAPA

Fabriciano Chaves Amaral
Departamento de Informações Tecnológicas

Ítalo Mosci Santiago
Assessoria de Assuntos Estratégicos

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, referente ao exercício 2018, elaborado em conformidade com a legislação societária brasileira – Lei nº 6.404/76, com modificações pela lei nº 11.638/2007 – e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, e pela Legislação Tributária vigente, às quais julgamos suficientes para demonstrar aos nossos mantenedores, aos órgãos federais, estaduais e municipais, à sociedade e aos clientes o desempenho da Empresa, compreendendo:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado dos Exercícios
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal

Os registros dos fatos contábeis basearam-se em documentação hábil, que se encontra em nossos arquivos, à disposição daqueles que, devidamente credenciados, queiram examiná-la.

Trazilbo José de Paula Júnior

Diretor de Operações Técnicas

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2018	2017	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		40.360.929,43	41.337.118,36	PASSIVO CIRCULANTE		33.392.199,45	36.771.932,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	17.268.771,34	18.748.763,81	Fornecedores		1.766.132,21	1.843.643,62
Clientes	4	1.768.484,26	1.657.058,82	Salários e Encargos a Pagar	9	6.223.742,27	6.194.161,30
Contas a Receber do Tesouro Estadual	4	7.219.535,79	7.142.904,59	Impostos e Contribuições a Recolher	10	1.946.317,29	1.694.281,47
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	1.151.237,88	1.096.169,27	Obrigações Trabalhistas	9	9.696.074,33	9.398.788,19
Estoques	5	9.367.690,89	9.005.583,41	Outras Provisões - CERES	15	1.151.237,88	1.096.169,27
Adiantamentos		1.313.772,08	1.614.734,63	Credores por Convênios	11	11.737.308,79	13.430.302,58
Impostos a Recuperar /Compensar		1.876.781,13	1.651.584,58	Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	12	60.481,96	2.141.292,59
Despesas Antecipadas		381.193,90	399.474,34	Adiantamentos de Clientes		390.771,97	540.048,76
Outros Ativos	6	13.462,16	20.844,91	Outros Passivos	13	420.132,75	433.245,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.218.626,83	17.119.258,02	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.820.561,67	19.768.032,73
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>6.557.580,97</u>	<u>7.535.723,52</u>	<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>19.820.561,67</u>	<u>19.768.032,73</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		504.877,57	676.825,12	Provisões Contingenciais	14	13.872.499,30	12.948.411,77
Empréstimos Compulsórios		104.641,03	99.187,94	Outras Provisões - CERES	15	5.948.062,37	6.759.710,46
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	5.948.062,37	6.759.710,46	Parcelamentos INSS / SRF	12	0,00	59.910,50
<u>Investimentos</u>		<u>11.566,25</u>	<u>11.566,25</u>				
Investimentos		11.566,25	11.566,25				
<u>Imobilizado</u>		<u>8.641.495,74</u>	<u>9.563.984,38</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.366.795,14	1.916.410,66
Imobilizado	8	37.506.055,33	37.158.842,78	Capital social	16	31.600.000,00	31.600.000,00
(-)Depreciação Acumulada		-28.864.559,59	-27.594.858,40	Reservas de Capital		28.254,16	28.254,16
<u>Intangível</u>		<u>7.983,87</u>	<u>7.983,87</u>	Reservas de Lucros	17	11.271.015,28	11.271.015,28
Intangível		93.786,04	93.786,04	Prejuízos Acumulados		-40.532.474,30	-40.982.858,78
(-)Amortização Acumulada		-85.802,17	-85.802,17				
TOTAL DO ATIVO		55.579.556,26	58.456.376,38	TOTAL DO PASSIVO		55.579.556,26	58.456.376,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	NOTA EXPLICATIVA	2018	2017
Receita De Vendas de Produtos e Serviços		8.625.889,28	9.546.618,09
(-) Devoluções e Descontos sobre Vendas		-128.175,81	-38.039,03
(-) Impostos incidentes s/vendas		-647.291,66	-813.739,98
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	7.850.421,81	8.694.839,08
(-) Custo de Mercadorias e Serviços Vendidos	19	-6.079.419,82	-5.260.964,09
(=) LUCRO BRUTO		1.771.001,99	3.433.874,99
<u>Outras Receitas e Despesas</u>		<u>-2.533.953,61</u>	<u>-5.392.134,16</u>
Despesas com Vendas		-38.640,68	-5.767,30
Despesas Gerais e Administrativas	20	-104.787.412,96	-107.490.043,81
Contingências Trabalhistas e Cíveis		-924.087,53	-2.337.731,43
Outras Receitas Operacionais	21	104.025.772,33	105.405.182,95
Outras Despesas Operacionais	22	-809.584,77	-963.774,57
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		-762.951,62	-1.958.259,17
<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		<u>373.236,05</u>	<u>91.915,03</u>
Receitas Financeiras		505.951,72	491.398,60
Despesas Financeiras		-132.715,67	-399.483,57
(=) LUCRO OPERACIONAL		-389.715,57	-1.866.344,14
<u>Outras Receitas e Despesas não Operacionais</u>		<u>0,00</u>	<u>-19.549,51</u>
Ganhos e/ou Perdas no Imobilizado/Intangível		0,00	-19.549,51
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-389.715,57	-1.885.893,65
<u>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</u>		<u>-46.722,67</u>	<u>-3.239,40</u>
IRPJ Corrente		-14.194,51	0,00
CSLL Corrente		-32.528,16	-3.239,40
(=) LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-436.438,24	-1.889.133,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PL
SALDOS EM 31/12/2016	31.600.000,00	28.254,16	11.271.015,28	-39.144.205,04	3.755.064,40
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	107.422,09	107.422,09
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-56.942,78	-56.942,78
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-1.889.133,05	-1.889.133,05
SALDOS EM 31/12/2017	31.600.000,00	28.254,16	11.271.015,28	-40.982.858,78	1.916.410,66
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	-28.759,89	-28.759,89
Prejuízos Acumulados	-	-	-	915.582,61	915.582,61
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-436.438,24	-436.438,24
SALDOS EM 31/12/2018	31.600.000,00	28.254,16	11.271.015,28	-40.532.474,30	2.366.795,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO	-436.438,24	-1.889.133,05
+ DEPRECIações E AMORTIZAções APROPRIADAS	1.269.701,19	1.287.406,75
+ PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	0,00	19.549,51
(-) GANHO NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	0,00	0,00
Varição de Clientes	-111.425,44	-231.177,84
Varição de Contas a Receber do Tesouro Estadual	-76.631,20	-204.282,56
Varição de Recursos a Receber do Estado - CERES	-55.068,61	-1.096.169,27
Varição de Estoques	-362.107,48	228.809,16
Varição de Adiantamentos	300.962,55	-214.628,63
Varição de IR/CS Pagos por Estimativa	0,00	0,00
Varição de Impostos Retidos na Fonte	-225.196,55	-621.142,23
Varição de Despesas Antecipadas	18.280,44	299.304,24
Varição de Outros Ativos	7.382,75	-15.821,62
Varição de Fornecedores	-77.511,41	803.251,25
Varição de Salários a Pagar	29.580,97	205.067,54
Varição de Impostos e Contribuições a Recolher	252.035,82	-738.386,02
Varição de Obrigações Trabalhistas	297.286,14	291.042,03
Varição de Outras Provisões - CERES	55.068,61	1.096.169,27
Varição de Credores por Convênios	-1.692.993,79	-268.871,65
Varição de Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	-2.080.810,63	-540.316,17
Varição de Adiantamentos de Clientes	-149.276,79	-77.078,81
Varição de Outros Passivos Circulantes	-13.112,46	46.706,30
= CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-3.050.274,13	-1.619.701,80
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Varição de Depósitos judiciais	171.947,55	46.004,88
Varição de Empréstimos Compulsórios	-5.453,09	-5.783,07
Varição de Recursos a Receber do Estado - CERES	811.648,09	-6.759.710,46
Varição de Investimentos	0,00	0,00
+ Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	0,00	0,00
(-) Aquisição de Imobilizado e Intangível	-347.212,55	-1.282.054,70
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	630.930,00	-8.001.543,35
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Varição de Provisões Contingenciais	924.087,53	2.337.731,43
Varição de Outras Provisões - CERES	-811.648,09	6.759.710,46
Varição de Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	-59.910,50	-1.028.130,18
Varição de Ajustes de Exercícios Anteriores	-28.759,89	107.422,09
Varição de Prejuízos Acumulados	915.582,61	-56.942,78
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	939.351,66	8.119.791,02
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	18.748.763,81	20.250.217,94
+ VARIAÇÃO DO CAIXA NO PERÍODO	-1.479.992,47	-1.501.454,13
= SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	17.268.771,34	18.748.763,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EPAMIG foi constituída pelo Poder Executivo Estadual, através da Lei n.º 6.310, de 08 de maio de 1974 e seu Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º 18.647, de 16 de agosto de 1977, como Empresa Pública, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG) e organizada nos termos do referido Decreto. Constituiu-se no principal instrumento do Governo de Minas Gerais para coordenação e execução da pesquisa agropecuária no Estado. A empresa tem como missão apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, em benefício da sociedade. A EPAMIG atua como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política de agronegócio, detendo 99,99% do seu capital social, e assegura a continuidade normal de suas operações, substancialmente, mediante transferências de recursos consignados no Orçamento do Estado de Minas Gerais.

A estrutura da empresa consiste na sede em Belo Horizonte, cinco unidades regionais, e vinte e quatro campos experimentais. Há também dois institutos de ensino técnico profissionalizante: o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, e o Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, em Pitangui.

Em parceria com instituições públicas e privadas, a EPAMIG desenvolve pesquisas que contemplam interesses do setor agropecuário através de pesquisas em: Agroenergia (cana-de-açúcar, girassol, macaúba, mamona e pinhão-manso), aquicultura, biotecnologia, cafeicultura, floricultura, fruticultura, grandes culturas (arroz, feijão, soja, trigo, milho), olericultura, processamento agroindustrial (leite, azeitona, uva, frutas), produção animal, silvicultura e meio ambiente.

Muitas das tecnologias levadas pela EPAMIG aos agricultores são frutos de esforço interinstitucional, executadas em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa, em âmbito federal e estadual, bem como, com a iniciativa privada.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Lei 12.973/2014.

(b) Apuração do resultado

As receitas, despesas e os custos são contabilizadas pelo regime contábil de competência de exercícios. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Entidade e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

(c) Caixa, equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e de depósitos bancários à vista. Estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

(d) Aplicações financeiras (Valores vinculados – projetos a realizar)

Referem-se às aplicações financeiras realizáveis há mais de 90 dias, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Sua movimentação reflete as entradas e saídas dos recursos destinados à execução dos Convênios e Projetos, das quais são registradas em conta específica para cada Convênio em contrapartida a conta do passivo (Nota explicativa nº 11). As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras são registradas no passivo em conta específica dos Convênios.

(e) Contas a receber

São reconhecidas pelo regime de competência de exercício decorrente de faturamentos, deduzidos de provisões para perdas, exceto para os valores a receber de alunos e acordos.

(f) Estoques

- Almoxarifados - São demonstrados ao custo médio de aquisição, cujos valores são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- Os estoques de ativos biológicos e produtos agrícolas existentes são os seguintes:

Bovinos, e outros – Estes estoques estão mensurados a valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado dos ativos de acordo com a idade, raça e qualidades genéticas similares.

Produtos agrícolas - São demonstrados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado ao final da colheita.

(g) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação que é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 8).

(h) Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização ou dos depósitos efetuados, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(i) Fornecedores

Compreende as obrigações junto a fornecedores pela aquisição de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(k) Provisão para contingências

Uma provisão é contabilizada quando a Empresa possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias.

(l) Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, ou seja, de realização.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e suposições, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos para os períodos informados, principalmente com relação a *i)* perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PCLD de valores a receber, *ii)* provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, *iii)* depreciações e amortizações e *iv)* outras obrigações.

(n) Imposto de renda e contribuição social

A EPAMIG é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, através de apuração mensal por balanço de suspensão/redução. Neste caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nos resultados apurados cumulativamente até o final de cada mês de apuração, ajustados por adições e exclusões a este resultado e sobre o qual são aplicadas alíquotas vigentes, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$20.000 por mês para o imposto de renda, mais 9% para a contribuição social calculada sobre o lucro até então apurado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	0,00	565,63
Bancos Conta Movimento	376.426,91	158.523,76
Aplicações Financeiras (a)	4.405.661,21	4.825.766,65
	4.782.088,12	4.984.856,04
Bancos Conta Movimento - Convênios	1.485,16	0,00
Aplicações Financeiras - Convênios (b)	12.485.198,06	13.763.907,77
	12.486.683,22	13.763.907,77
TOTAL	17.268.771,34	18.748.763,81

O saldo da Conta Movimento – Convênios refere-se a recursos financeiros vinculados a projetos que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG.

(a) Referem-se a aplicações de recursos livres de vinculação, representadas substancialmente por valores mantidos em fundos de bancos de primeira linha e classificadas desta forma por estratégia financeira da EPAMIG .

(b)Referem-se a aplicações dos recursos financeiros vinculados a convênios que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG. As receitas financeiras provenientes de tais equivalentes de caixa são reinvestidas nos próprios projetos.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes	2.127.833,47	2.016.408,03
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	-359.349,21	-359.349,21
	1.768.484,26	1.657.058,82
Recursos a Receber do Tesouro Estadual	7.219.535,79	7.142.904,59
	7.219.535,79	7.142.904,59
TOTAL	8.988.020,05	8.799.963,41

O saldo a receber do Tesouro Estadual decorre da Subvenção Governamental para custear as despesas da EPAMIG com Folhas de Pagamentos, Encargos Sociais e Parcelamentos de Impostos e Contribuições.

5. ESTOQUES

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Matéria Prima	(a)	3.201.579,87	2.540.701,35
Material de Uso e Consumo		453.172,58	418.244,08
Produtos Acabados		1.463.420,84	1.759.044,06
Animais	(b)	4.249.517,60	4.287.593,92
TOTAL		<u>9.367.690,89</u>	<u>9.005.583,41</u>

- (a) Registra-se os estoques de almoxarifados da sede e das unidades além dos estoques de produtos agropecuários originados das culturas mantidas pela EPAMIG, como por exemplo, café, cereais, sementes, mudas e outros. Esses produtos são oriundos de projetos de pesquisas da EPAMIG, resultando em produtos melhorados. Para a recuperação dos investimentos em pesquisas, a EPAMIG destina tais produtos à venda, que contabilmente, estão avaliados pelo valor justo;
- (b) O Estado de Minas Gerais tem grande vocação para o rebanho leiteiro e, atualmente, é o primeiro produtor de leite no país. Aproveitando dessa vantagem, a EPAMIG desenvolve pesquisas de melhoramento genético de bovinos, entre outros animais. Um caso de sucesso é a produção do F1HZ, animaldo cruzamento Zebu/Holandês, resultando em vacas leiteiras e machos para corte. Os estudos da EPAMIG nos animais resultaram em um excelente ganho de peso e alcançaram condições de abate em idade precoce. A EPAMIG, no intuito de recuperar os investimentos de estudo no rebanho, realiza venda de animais para produtores rurais, através de participações em leilões.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$ 13.462,16 em 31/12/2018 e R\$ 20.844,91 em 31/12/2017 referem-se a créditos junto a fornecedores.

7. RECURSOS A RECEBER DO ESTADO - CERES

A conta tem origem no compromisso que a EPAMIG possui junto ao Plano de Previdência Complementar dos funcionários (Nota 15). O valor contabilizado será advindo do Tesouro Estadual para custear a contribuição patronal devida pela EPAMIG.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Recursos a Receber do Estado - Ceres - CP	1.151.237,88	1.096.169,27
Recursos a Receber do Estado - Ceres - LP	5.948.062,37	6.759.710,46
TOTAL	<u>7.099.300,25</u>	<u>7.855.879,73</u>

8. IMOBILIZADO

O imobilizado, em 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrado:

	Saldo Inicial 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo Final 31/12/2018 (a)	IPC/BTNF (b)	%	DEPRE ACUM. (c)	IMOB LÍQUIDO a + b - c
Terrenos	1.888.052,51	0,00	0,00	1.888.052,51	851.012,54		0,00	2.739.065,05
Edifícios, Benfeitorias e Instalações	13.166.983,77	266.321,90	0,00	13.433.305,67	80.502,64	4%	-10.667.035,63	2.846.772,68
Máquinas e Equipamentos	12.179.647,76	147.772,09	-957,73	12.326.462,12	0,00	10%	-10.763.630,82	1.562.831,30
Computadores e Periféricos	1.833.612,70	121.773,90	-57.723,70	1.897.662,90	0,00	20%	-1.757.449,27	140.213,63
Móveis e Utensílios	923.339,93	1.350,00	-198	924.687,95	0,00	10%	-829.514,35	95.173,60
Veículos	4.809.831,73	20.000,00	-71,64	4.829.760,09	0,00	20%	-3.683.345,54	1.146.414,55
Biblioteca, Mapoteca, Discoteca	63.335,32	0,00	0,00	63.335,32	0,00	10%	-60.445,50	2.889,82
OBRAS EM ANDAMENTO	259.111,90	102.845,11	-253.821,90	108.135,11	0,00		0,00	108.135,11
IMOBILIZADO TOTAL	35.123.915,62	660.063,00	-312.576,95	35.471.401,67	931.515,18		-27.761.421,11	8.641.495,74

OBS: (b) Diferença de IPC/BTNF - Lei 8.200/1991

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Encargos Sociais a Pagar	6.223.742,27	6.194.161,30
Provisões para Férias + Encargos	9.696.074,33	9.398.788,19
TOTAL	15.919.816,60	15.592.949,49

A provisão para férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores acrescidos dos respectivos encargos sociais.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS / IPI / FEM A Recolher	92.593,38	29.033,35
IRRF a Recolher	1.564.225,51	1.402.624,60
PIS a Recolher	43.685,25	38.857,79
COFINS a Recolher	208.928,18	186.658,23
IRPJ a Recolher	0,00	0,00
CSLL a Recolher	9.960,25	0,00
INSS a Recolher	16.742,69	18.361,37
PIS COFINS e CS Retidosa Recolher	3.316,57	4.711,03
Tributos Municipais a Recolher	6.865,46	14.035,10
TOTAL	1.946.317,29	1.694.281,47

Compreende as obrigações da EPAMIG com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições vencíveis até o final do exercício seguinte.

11. CREDORES POR CONVÊNIOS

		31/12/2018	31/12/2017
Embrapa PAC Obras Infraestrut.717314/09	a	1.107.633,11	2.605.712,31
Incra 839555/2016	b	1.050.021,82	1.079.991,92
Embrapa Convenio 732215/2010	c	2.823.756,99	4.068.328,75
Embrapa 793702/2013	d	1.581.240,59	2.165.251,89
Embrapa 776811/2012	e	1.617.931,33	1.704.005,68
Outros Convênios	f	3.556.724,95	1.807.012,03
TOTAL		11.737.308,79	13.430.302,58

Os recursos dos convênios tem como objetivo:

- Difundir e fortalecer a infraestrutura dos Convenientes, adequando-a aos novos desafios da pesquisa agropecuária, nos moldes preconizados pelo Programa de Fortalecimento e Crescimento da Pesquisa Agropecuária Nacional (PAC), no âmbito do Programa de Apoio à Ampliação, Revitalização e Modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias – OEPAS;
- Realizar Curso Técnico em Agropecuária Subsequente – Pedagogia da Alternância, para atender jovens e adultos oriundos da Reforma Agrária;
- Execução de ações relativas ao fortalecimento da infraestrutura dos Bancos de Germoplasma da EPAMIG, adequando-os aos novos desafios da pesquisa agropecuária;

- (d) Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária e/ou afins em consonância com o Plano de Ação vinculado ao Projeto catalogado no Sistema Embrapa de Gestão;
- (e) Execução dos trabalhos de pesquisa agropecuária, visando a recuperação e modernização do Campo Experimental de Sertãozinho, em Patos de Minas, para realização de pesquisas nas áreas de zootecnia, veterinária e de gestão em produção de leite com gado mestiço;
- (f) Diversos objetivos.

12. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Os parcelamentos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CURTO PRAZO		
PAES INSS 60242065-2	0,00	782.427,31
PAES SRFB/PGFN Lei 10684 de 30/05/2003	0,00	217.307,29
SRFB Lei 11941 de 27/05/2009	60.481,96	71.873,98
PERT - Lei 13.496 de 24/10/2017	0,00	1.069.684,01
	60.481,96	2.141.292,59
LONGO PRAZO		
SRFB Lei 11941 de 27/05/2009	0,00	59.910,50
	0,00	59.910,50
TOTAL	60.481,96	2.201.203,09

Detalhamento dos Parcelamentos:

	PAES INSS 60242065-2	PAES SRFB Lei 10.684	SRFB Lei 11.941	PERT Lei 13.496
Data de concessão	29/08/2003	29/08/2003	29/06/2011	24/10/2017
Quantidade de parcelas na adesão	180	180	120	a vista
Taxa de juros	TJLP	TJLP	TJLP	SELIC
Período de apuração da dívida	De 01/1990 até 05/2000	De 09/1997 até 01/2003	De 01/2008 até 03/2008	De 01/2012 até 12/2016
Data do último pagamento	Julho - 2018	Março - 2018	Fevereiro - 2019	Janeiro - 2018
Dívida na época da adesão	R\$ 10.132.629,43	R\$ 10.105.587,00	R\$ 381.320,45	R\$ 1.196.054,44
Saldo devedor em 31/12/2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.481,96	R\$ 0,00

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$ 420.132,75 em 31/12/2018 e R\$ 433.245,21 em 31/12/2017 referem-se a valores a pagar a credores diversos, na sua maioria, associações de empregados da EPAMIG.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: *perda remota*, *perda possível* e *perda provável* conforme NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Resolução CFC 1.180 de 2009. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda provável=efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- Perda possível= não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- Perda remota= não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perdas Prováveis –Provisionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Contingências Cíveis	1.900.982,98	3.007.674,43
Contingências Trabalhistas	11.971.516,32	9.940.737,34
TOTAL	13.872.499,30	12.948.411,77

Perdas Possíveis – Não Provisionadas

Em 31/12/2018, 12 processos judiciais trabalhistas estimados em R\$ 710.664,78 e 2 processos judiciais cíveis estimados em R\$ 179.775,78 foram avaliados com o grau de risco de perda possível.

15. OUTRAS PROVISÕES - CERES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da Fundação de Seguridade Social – CERES, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2017 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora reconheceu em seu Passivo a obrigação que possui junto a Ceres relativa ao Plano Saldado da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, mediante aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, conforme OF CCGPGF 025/2007 de 02 de abril de 2007.

	31/12/2018	31/12/2017
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	1.151.237,88	1.096.169,27
Ceres Parcelamento Plano Básico - LP	5.948.062,37	6.759.710,46
TOTAL	7.099.300,25	7.855.879,73

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$31.600.000,00 dividido em 20 milhões de quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, demonstrado a seguir:

	QUANTIDADE	VR NOMINAL	TOTAL	%
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998.000	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater	2.000	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000.000		31.600.000,00	100,00%

17. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrentes de doações feitas pelo Poder Público para investimentos. Em consonância com o artigo 30 da Lei 12.973/2014, as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que registradas na reserva lucros.

As doações ocorridas no exercício de 2018 foram efetuadas pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais no valor de R\$ 117.748,87 e referem-se ao recebimento de bens patrimoniais. Devido a apuração de prejuízo contábil no exercício de 2018, a parcela decorrente de doações será constituída como Reserva de Lucros a medida que forem apurados lucros em períodos subsequentes.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	5.220.397,58	4.851.989,81
Receita com Venda de Animais	1.399.438,60	935.823,10
Receita com Venda de Serviços	2.006.053,10	3.758.805,18
	8.625.889,28	9.546.618,09
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-128.175,81	-38.039,03
ICMS, IPI, FEM	-134.852,91	-188.184,62
ISSQN	-39.154,93	-36.529,39
PIS	-84.438,44	-105.067,68
COFINS	-388.845,38	-483.958,29
	-775.467,47	-851.779,01
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.850.421,81	8.694.839,08

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo dos Produtos Agropecuários	3.747.079,69	3.205.622,56
Custo das Revistas de Publicações	64.592,64	43.015,62
Custo dos Animais Vendidos	1.183.869,94	775.609,78
Custo dos Produtos Industrializados	530.201,93	749.377,54
Perdas de Produtos	553.675,62	487.338,59
Perdas de Animais	0,00	0,00
TOTAL	6.079.419,82	5.260.964,09

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com Pessoal	88.989.060,97	88.844.061,92
Material de Consumo	4.122.578,87	4.875.909,22
Serviços de Terceiros	3.954.966,12	4.209.301,56
Despesas Gerais	6.449.800,96	8.239.105,97
Depreciações e Amortizações	1.271.006,04	1.321.665,14
TOTAL	104.787.412,96	107.490.043,81

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Transferências de Recursos do Estado	95.032.773,31	96.108.513,72
Doações do Poder Público	117.748,87	579.337,92
Recursos de Convênios Poder Público	556.882,08	828.902,26
Recursos de Convênios Iniciativa Privada	0,00	0,00
Superveniências Ativas	6.994.271,70	6.654.399,93
Outras Receitas Operacionais	1.324.096,37	1.234.029,12
TOTAL	104.025.772,33	105.405.182,95

As Superveniências Ativas registram os aumentos de ativos decorrentes do nascimento de animais e a evolução deles e incorporações ao estoque de produtos agropecuários avaliados ao valor justo.

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Insubstâncias Ativas	538.405,56	752.501,08
Perdas de Produtos	83.650,64	31.513,64
Perdas de Animais	187.528,57	179.759,85
TOTAL	809.584,77	963.774,57

As Insubstâncias Ativas registram as diminuições de ativos decorrentes de mortes e/ou desaparecimento de animais, e da avaliação de animais e de produtos agropecuários ao valor justo.

23. RESULTADO CONTÁBIL DO PERÍODO

O resultado contábil líquido em 31 de dezembro de 2018 foi um prejuízo no valor de R\$ 436.438,24, enquanto no mesmo período do exercício de 2017 foi um prejuízo de R\$ 1.889.133,05.


Os principais fatos que explicam a variação no resultado são descritos abaixo.

Variações Positivas:

- Diminuição do número de pagamentos de Execuções Trabalhistas no valor de R\$ 586.439,37 em função dos processos ficarem suspensos aguardando o entendimento do Tribunal a respeito de um tema abordado nos recursos da empresa;
- Diminuição da despesa com provisão para contingências referentes a processos judiciais trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável no valor R\$ 1.413.643,90;
- Recuperação do valor de mercado no preço da arroba do gado em detrimento a crise verificada em 2017 gerou aumento das superveniências ativas no valor de R\$ 494.061,57.

Variações Negativas:

- Em virtude da crise econômica e financeira pela qual passa o Estado de Minas Gerais, em 2017 houve aporte de recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$ 255.303,76, o que não ocorreu em 2018;
- Redução no recebimento de doações de bens patrimoniais oriundos de convênios com Órgãos Federais, no valor de R\$ 733.609,23.



TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR
Diretor de Operações Técnicas
CPF 862.417.537-20



PATRÍCIA FRANÇA TEIXEIRA
Chefe Dpto. de Orçamento e Finanças
CRC-MG 077.484/O-0



RUI DA SILVA VERNEQUE
Presidente
CPF 261.508.086-53



GUILHERME HENRIQUE DE AZEVEDO MACHADO
Diretor de Administração e Finanças
CPF 879.654.536-49



LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO
Chefe da Divisão Contábil Fiscal
CRC-MG 080.601/O-0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSELHO FISCAL DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS



PARECER Nº 01/2019

Belo Horizonte, 26 de março de 2019

Referência: Relatório de Auditoria nº 3050.0150.19 AUDI/EPAMIG

Base legal: Art. 25, inciso I, do Decreto Estadual nº 18.647/1977

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, informamos a V.Sa. que o Conselho Fiscal se reuniu ordinariamente no dia 22 de março de 2019, tendo como pauta a deliberação acerca do disposto no Relatório de Auditoria nº 3050.0150.19, elaborado pela AUDI/Epamig no intuito de subsidiar a análise dos Conselheiros do Balancete Contábil Analítico referente ao ano de 2018.

Considerando o teor das questões levantadas durante a reunião – cuja ata segue em anexo - e após deliberação, o Conselho Fiscal vem, no exercício de suas atribuições, **recomendar** o seguinte, com base no Relatório de Auditoria acima referenciado:

1 - Em relação ao item 2.I - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosas (PCLD), recomendamos seja autorizada pela Presidência a baixa dos créditos cujas tentativas de cobrança já foram esgotadas, principalmente aqueles créditos já fulminados pela prescrição ou decadência. Tal autorização é necessária para que a Diretoria de Administração e Finanças possa proceder à baixa contábil desses valores.

Recomenda-se também seja instaurada sindicância administrativa, visando apurar as devidas responsabilidades pela perda do prazo de cobrança e consequente inscrição em créditos de liquidação duvidosa.

À Senhora

Ana Maria Soares Valentini

Presidente em exercício da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

Av. José Candido da Silveira, 1.647 -União - Cep. 31170-495

Belo Horizonte/MG

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****CONSELHO FISCAL DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS**

- 2 - Em relação ao item 2.II – Clientes, recomendamos que seja realizada a baixa contábil dos valores referentes ao Termo de Cooperação Técnica nº 448/2015, especificamente os valores gerados como “contas a receber” nos anos de 2015, 2016 e 2017, vez que os valores de 2018 foram baixados com sucesso. A recomendação exarada pelo corpo técnico da Epamig durante reunião e endossada por este Conselho é que a baixa seja realizada como despesa indedutível, uma vez que, salvo melhor juízo, a utilização dessa modalidade eliminará o risco fiscal e tributário, além de atender às regras do IRPJ.
- 3 - Em relação ao item 2.VII – Empréstimos compulsórios, recomendamos que a Presidência determine a reformulação da consulta jurídica realizada pelo DPOF, atentando-se principalmente à data dos empréstimos compulsórios, que remontam ainda aos anos 1980, e ao prazo prescricional. Para tanto, recomendamos também que seja solicitada ao DPOF a elaboração de uma nota técnica acerca desses valores, evitando assim que estes continuem sendo corrigidos e/ou atualizados, uma vez que essas ocorrências aumentam o valor do passivo total mesmo com os créditos possivelmente prescritos e sem possibilidade de cobrança.
- 4 - Em relação ao item 2.X – Credores Diversos, constatou-se que foi depositado um valor na conta “Credores Diversos”, originário de um TAC (termo de ajustamento de conduta) celebrado no bojo dos autos de inquérito civil nº 0701.14.001841-0. O referido processo, porém, correu em segredo de justiça e a Epamig não foi parte neste, mesmo levando em consideração a participação de um funcionário de seus quadros no polo passivo da ação. Frente ao exposto, recomendamos que seja determinado à Assessoria Jurídica da empresa que diligencie de forma a obter acesso ao conteúdo dos autos e repasse cópia ao Departamento de Orçamento e Finanças, permitindo assim que seja dada a devida destinação ao crédito obtido.
- 5 - Em relação aos itens 2.XV – Despesas e Receitas Financeiras; e 2.XVI - Diversos Responsáveis em Apuração, recomendamos seja instaurada, em regime de urgência, sindicância administrativa visando apurar a existência de ato ilícito e/ou delimitar eventual responsabilidade dos funcionários da empresa em relação ao atraso no recolhimento de contribuição ao INSS referente ao mês de novembro de 2018.

Assinatura manuscrita em tinta azul, aparentemente de um membro do Conselho Fiscal.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****CONSELHO FISCAL DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS**

Recomenda-se também que sejam observados o andamento e o resultado da referida sindicância para que se avalie a necessidade de instaurar uma Tomada de Contas Especial, vez que a legislação fixa o prazo de até 180 dias a partir do início da apuração dos fatos para que, no insucesso das medidas administrativas, seja deflagrado o referido processo.

Remetemos também, em anexo, a ata da reunião ordinária do Conselho Fiscal em que tais deliberações e recomendações foram debatidas pelo Conselho Fiscal com os membros do corpo técnico da Epamig.

Por todo o exposto e de acordo com o conteúdo lavrado em ata, este Conselho opina pela **aprovação** das contas referentes ao ano de 2018, condicionando-a à implementação futura das recomendações elencadas neste parecer. Certos de que a questão será tratada com a atenção necessária, enviamos nossos mais elevados votos de estima e distinto apreço.

Cordialmente,

Pedro D'Angelo Ribeiro

Conselheiro Fiscal

Livia Maria Siqueira Fernandes

Conselheira Fiscal

Amarildo José Brumano Kalil

Conselheiro Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2018

Cumprindo determinações constantes do Estatuto da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, examinamos o Relatório Financeiro de 2018, composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Financeiras, Composição do Capital Social, Composição da receita e Composição da Despesa. Com base no Relatório de Auditoria nº 3050.0150.19, referente ao exercício de 2018, elaborado pela Auditoria Interna da EPAMIG, e no acompanhamento realizado por este Conselho, concluímos pela adequação técnica às normas legais vigentes dos documentos analisados e, por esta razão, recomendamos a sua aprovação pelo Conselho Administrativo com as ressalvas apontadas e o cumprimento das recomendações contidas no Relatório em questão.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.


Pedro D'Angelo Ribeiro
Conselheiro Fiscal


Livia Maria Siqueira Fernandes
Conselheira Fiscal


Amarildo José Brumano Kalil
Conselheiro Fiscal



Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Av. José Cândido da Silveira, 1647 - União
CEP 31170-495 Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3489-5000 - www.epamig.br